



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**FORMAS DE PROVIMENTO AO CARGO DE GESTOR/DIRETOR E
IMPACTOS NA GESTÃO ESCOLAR E NO TRABALHO DO DIRETOR**

MILENA DE OLIVEIRA MELO

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**FORMAS DE PROVIMENTO AO CARGO DE GESTOR/DIRETOR E
IMPACTOS NA GESTÃO ESCOLAR E NO TRABALHO DO DIRETOR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Gláucia de Fátima Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO.....	03
1 GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR: A CONSTRUÇÃO DO PPP E SEUS IMPASSES.....	05
2 FORMAS DE PROVIMENTO AO CARGO DE GESTOR/DIRETOR E IMPACTOS NA GESTÃO ESCOLAR E NO TRABALHO DO DIRETOR....	09
3 O TRABALHO DO GESTOR/DIRETOR ESCOLAR.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	13
ANEXO.....	14

Apresentação/ Introdução

Sabe-se que falar em gestão escolar e em processo de escolha de dirigentes escolares requer um olhar amplo no que diz respeito à educação. Para que haja realmente gestão democrática exige-se um sério compromisso por parte dos dirigentes responsáveis. Na escola analisada neste trabalho o dirigente é escolhido através da indicação política, e isto traz impasses para o processo de organização do trabalho escolar e para a participação efetiva da comunidade escola. Mas esta realidade está sendo revista no município, e o processo de escolha do gestor/diretor já se tornou foco de discussões e o que se almeja é uma mudança na forma de provimento ao cargo de gestor escolar, e uma nova forma de colocação para os diretores através das provas seletivas e em seguida eleições, tornando-se esse tipo de escolha dos dirigentes escolares mais democráticas.

A escola precisa ser hoje um local de construção coletiva, onde todos de forma articulada possam transformar a realidade e alcançar os objetivos comuns, e para tanto é necessário consolidar mecanismos de participação na escola, tais como eleições de diretores, conselhos e colegiados escolares, a construção do PPP e regimentos adequados à realidade escolar, e ainda espaços de participação dos estudantes como o grêmio estudantil.

Buscou-se assim que o PPP da já referida instituição fosse elaborado por todos os segmentos que fazem parte dela. Num processo intenso de construção coletiva. No entanto, a comunidade escolar é parcialmente atuante, assim o primeiro entrave a sua construção é a participação da comunidade, e viabilizar no processo educativo um planejamento realmente participativo, oferecendo meios para uma gestão democrática, transparente, participativa e descentralizada do poder de autoritarismo. Sendo assim, alguns questionamentos foram realizados, e pretende-se neste trabalho apontar algumas respostas:

De que forma a gestão escolar pode influenciar na construção do PPP? Qual o critério utilizado para escolha do dirigente escolar? A comunidade apoia a gestão? O que é gestão democrática? Como a comunidade contribui para uma gestão democrática? Como lidar com as dificuldades apresentadas no dia a

dia? Como garantir e efetivar uma gestão democrática? Qual o envolvimento dos atores envolvidos nesta instituição de ensino na construção do PPP? Quem deve participar para garantir uma gestão de qualidade? O que é eleições de diretores? Para que serve? Quais os impactos dela para gestão escolar e organização do trabalho escolar? Quais os pontos positivos e negativos desta escolha?

1 Gestão democrática, participação e construção da autonomia escolar: a construção do PPP e seus impasses.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9 394/96, Art. 3º, determina-se que a Educação é baseada, dentre outros princípios, na gestão democrática do ensino público. Entende-se aqui então que este princípio norteador da gestão escolar deve buscar meios de planejamento pedagógico participativo. E para tanto deve envolver os profissionais do ensino e comunidade escolar:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Neste processo a autonomia da escola é construída e configurada no direito ao atendimento específico a demanda existente, pela liberdade de aprender e ensinar, pelo respeito às experiências sócio-históricas dos discentes e pelo fortalecimento do vínculo entre educação formal, o trabalho e as práticas sociais. E na LDB é entendida assim:

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Como o Projeto Político Pedagógico é o instrumento que norteia as práticas educativas escolares, deverá ser elaborado junto à comunidade escolar, a fim de atender aos princípios acima citados. Tem-se que a gestão democrática é a base para elaboração do PPP. Mas para que esta construção aconteça de maneira satisfatória é necessário que o gestor encontre caminhos possíveis para uma gestão descentralizada e autônoma capaz de fazer valer o que foi proposto.

Percebe-se no dia-a-dia escolar da escola aqui estudada o distanciamento da comunidade e alguns fatores são apontados como

responsáveis: a distância das moradias à escola, o trabalho dos pais em propriedades rurais distantes também de suas casas, as reuniões de pais que acontecem no período diurno, o índice de analfabetismo entre eles e a cultura de que a obrigação familiar que se restringe a matrícula dos filhos. Por outro lado, a escola não tem como oferecer horários alternativos para essas reuniões de pais, pois todos os funcionários residem no centro urbano, também distante da escola que se encontra em perímetro rural. Em consequência a participação nas atividades escolares deixa a desejar, geralmente está presente um percentual baixo de pais e responsáveis, cerca de 40%.

Para a elaboração do PPP a escola mesmo com estes impasses, buscou-se realizar reuniões com os diversos segmentos da comunidade escolar. Inicialmente, a avaliação da versão existente e uma busca de adequação à situação atual, ou sempre que se fizer necessário. Na maioria das vezes a revisão é realizada anualmente como tentativa de atender à rotatividade de funcionários e alunos na escola. E esta rotatividade impede a construção mais coletiva do PPP, já que sempre o coletivo da escola é modificado, e reflete na consolidação do mesmo na escola, sendo mais um impasse na sua efetivação.

Para a construção do PPP na escola foram realizadas reuniões também internas onde todos os funcionários passam a conhecer o documento e tem oportunidade de sugerir alterações e adequações. O documento foi apresentado aos alunos e discutido em ocasiões coletivas. Em seguida, convocados os pais e realizou-se a divulgação necessária para o entendimento do mesmo e dos limites das possíveis mudanças, pois a maioria dos pais desconhece a lógica de organização da escola. Os presentes são divididos em grupos que farão sugestões e, após recolhidas são apresentadas a todos os presentes. Após aprovação dos presentes as sugestões foram acrescentadas ao PPP e, em outra reunião, a nova versão provisória foi apresentada à comunidade. Caso seja aceita é levada ao Colegiado para outras providências: aprovação, assinatura e outras. Sendo assim,

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma construção coletiva a partir de demandas reais apontadas por professores, alunos, pais, diretores e comunidade em geral. Nesse processo, a escola constrói autonomia, ganha segurança para alcançar seus objetivos e para

enfrentar os desafios postos pela sociedade. (SILVA e TORRES, 2013, p.1)

Em conformidade com o autor é que a escola pesquisada busca fortalecer as relações com intuito de garantia da coletividade, da construção do trabalho escolar realmente Coletivo.

A gestão quando democrática influencia na construção do PPP de forma positiva, fazendo com que este seja fortalecido pelas parcerias e por todos os envolvidos no processo educacional. De forma democrática e conjunta, trabalha-se de maneira harmônica visando o máximo possível propor ações, criar estratégias e tomar decisões e soluções desde que todas estejam de acordo com O PPP. Sendo assim fica claro a dificuldade de gestão democrática com um gestor/diretor não eleito e que nem mesmo faz parte da realidade da escola pesquisada, e este impasse interfere diretamente sobre o trabalho escolar e participação dos profissionais do ensino e da comunidade escolar.

Sendo assim, para revalidação do PPP a Instituição de Ensino precisa ser um local de construção coletiva, onde todos de forma democrática e articulada possam transformar a realidade com o intuito de alcançar objetivos comuns. Sabe-se que garantir a realização do PPP não é uma tarefa fácil, mas não é impossível. Faz se necessário um comprometimento por parte dos envolvidos. Como alcançar comprometimento de um grupo que não escolhe seus representantes? Ou ainda, de pais e alunos, comunidade escolar, que desconhecem seu gestor escolar? E o PPP como poderá ser construído coletivamente sem um gestor que mobiliza as ações?

O PPP é a base do trabalho educativo, nele está explícito o retrato da escola e todas as atividades, projetos e ações mobilizadoras capazes de viabilizar o processo de validação das propostas e numa escola que não elege seus gestores este processo fica comprometido.

Pretende-se assim aqui fortalecer a gestão democrática e participativa de maneira que esta garanta a efetivação do PPP da escola. Percebe-se que quando todos os atores envolvidos no ambiente escolar dão por conta a importância da união dos esforços e da coletividade, o rendimento do trabalho e a efetivação das propostas acontecem de forma satisfatória e comprometida com a escola que se tem e se quer.

Enfrentam-se também outras dificuldades para consolidação do PPP nesta escola, uma delas relacionada à mediação de conflitos no ambiente de trabalho e a estrutura física da escola que deve ser melhorada e ampliada.

Sendo assim, o PPP só será validado quando todos unirem forças no sentido de propor algo novo, de discutir de contribuir, melhorar ou de ajudar o gestor que é o agente mobilizador do processo a consolidar tais propostas.

O PPP é um processo contínuo. É um documento inclusivo e está aberto a sucessões de mudanças desde que estas sejam viáveis e necessárias. Não se pode perder de vista que a concretização deste é de suma importância para esta instituição, pois é baseado nele que se objetiva melhorar o atendimento educacional e garantir o acesso e permanência do aluno no seu processo de ensino e aprendizagem.

Sabe-se ainda, que o gestor escolar é o ator principal na construção do PPP, pois ele é o mediador de todo o processo desde o pensar na proposta inicial até a efetivação do mesmo, sendo assim, o gestor é capaz de mobilizar todos os segmentos e induzi-los à participação constante e coletiva.

O diretor transforma-se em animador da equipe, responsável por estimular e regular os diferentes grupos, e nesta qualidade deve adquirir determinadas competências no domínio das relações humanas de forma a tornar-se capaz de resolver os conflitos. Os agentes locais, pais, comunidade, ou coletividade local, tornam-se “parceiros” ávidos de informação: o papel do diretor enriquece-se, também, como o novo domínio das relações públicas. (DIAS, 2001, p.15).

E consonância com o autor a instituição aqui retratada visa uma gestão democratizada da escola, na qual o diretor de forma autônoma é o responsável nas mediações das relações, na identificação de necessidades e negociações visando propor estratégias, ações e tomadas de decisões de formas pactuadas, buscando assim estratégias capazes de alcançar os objetivos definidos, centrados na liderança, competência, legitimidade e credibilidade do gestor escolar.

2 Formas de provimento ao cargo de gestor/diretor e impactos na gestão escolar e no trabalho do diretor.

Existem diferentes formas de provimento ao cargo de gestor/diretor escolar e para Dourado (2003) que as formas de provimento são modalidades bastante heterogêneas e complexas.

Esta realidade, onde impera a indicação política, está sendo revista no município e na escola aqui analisada, e essa escolha já tornou foco de discussões. O que se almeja para os dois próximos anos é a nova forma de colocação para os diretores através das provas seletivas e em seguida eleições, a exemplo do processo estadual de Minas Gerais, tornando-se esse tipo de escolha do dirigente escolar mais democrática, num processo misto de provimento ao cargo.

E a realidade vista no Estado de Minas Gerais para esta forma mista de provimento ao cargo de gestor também deixa a desejar em alguns aspectos: o candidato precisa ter participado de cursos específicos para gestores que não são abertos a todos os candidatos, inclusive aqueles designados, que não tem vínculo com o Estado; a avaliação seletiva nem sempre afere a competência para o cargo pretendido; as eleições ocorrem, na maior parte dos casos, sob a indiferença da comunidade e nem sempre os aprovados nas avaliações atendem o desejo de representação da comunidade envolvida no processo.

Na escola estudada o dirigente é escolhido através da indicação do prefeito municipal e seus respectivos vereadores (Indicação Política). O processo ocorre a partir de acordos políticos e, nesse contexto os dirigentes são cargos de confiança dos governantes e não da comunidade. Alguns problemas são consequentes desse tipo de indicação de diretores. Em muitos casos com a troca de prefeitos trocam-se também os diretores. Em outros, o diretor nem mesmo faz parte da comunidade escolar para o qual foi indicado ou mesmo não tem a experiência e preparação pedagógica e gestora necessárias, tal forma de provimento traz impactos diretos sobre a gestão da escola e para organização do trabalho escolar desenvolvido.

A organização do trabalho escolar segundo Oliveira (2002) é entendido como:

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar. (p. 131 e 132).

Tem-se assim que a impactos diretos sobre a forma como a atividade fim da escola, o ensino é organizado, sistematizada, e as divisões de tarefas e até mesmo na efetividade das ações propostas por um diretor que não foi eleito, desconhecido muitas vezes da comunidade escola, e com impasses também de formação e experiência profissional.

Nas escolas municipais de Paracatu os diretores recebem indicação política, que tanto pode ser diretamente do prefeito eleito quanto de outros políticos, como vereadores, deputados ou provenientes de acordos entre os partidos. Esta forma de ocupação da função de gestor escolar contraria o estabelecimento e fortalecimento da democracia nas escolas, pois, enquanto indicado politicamente, o diretor passa a ter uma obrigação de “fidelidade” para quem ou o partido que o indicou. Percebe-se também, muitas vezes, a ocorrência da insatisfação da comunidade com o indicado uma vez que quase na totalidade dos casos, a pessoa considerada ideal por ela não é o escolhido. Podem ocorrer também situações de conflito entre o gestor e os membros da comunidade escolar que, porventura, tenham apoiado outro candidato.

3 O trabalho do gestor/Diretor escolar

O trabalho do gestor escolar é uma tarefa importante e requer um sério comprometimento. No município estudado estas funções estão explícitas no Regimento Escolar, fiscalizadas e devem ser cumpridas. Em uma instituição de ensino, este tem a função de assumir o papel de coordenador, mediador e corresponsável pela organização do trabalho escolar de forma geral.

Acredita-se que a função do diretor escolar está diretamente ligada uma série de responsabilidades que podem ser administrativa, pedagógica ou financeira, humanística, política ou científica.

Na escola analisada aqui o trabalho do gestor é desenvolvimento de forma partilhada com os diversos segmentos sendo fortalecido pelo colegiado escolar, pelo apoio da Equipe de Supervisão Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação, pela Equipe do PIP - Programa de Intervenção Pedagógica - e também com o apoio da bibliotecária, do secretário escolar, do eventual e do vice-diretor. Com isso o trabalho do gestor é desenvolvido de forma descentralizada, porém compartilhada.

Uma das consequências da indicação política muitas vezes é o reflexo na liderança de baixa qualidade, com profissionais que não estão preparados e que ingressam na gestão com mínima formação não apresentando conhecimento ou requisitos necessários para o exercício do cargo.

Nota-se ainda que esse processo de escolha tem grandes impactos para o exercício da profissão quando diretor não conhece a escola e nem a comunidade para qual foi lotado; nesse caso pode haver resistência por parte dos diversos segmentos ou envolvidos na escola e suas funções político, pedagógica, administrativas são suprimidas.

Conclui-se que o trabalho desenvolvido pelo gestor nessa instituição de ensino é realizado com o desenvolvimento e promoção de ações compartilhadas visando um fortalecimento e melhorias na forma de organização e trabalho cooperativo de maneira que este possa garantir uma educação qualificada de forma compartilhada mostrando que é possível avançar e garantir a democratização por meio da coletividade.

Considerações Finais

Buscou-se neste trabalho apontar os impasses vivenciados para a criação de do Projeto Político Pedagógico para a Escola Municipal José Marcelino Pereira, uma vez que esta instituição apresenta um documento imposto, pronto e acabado, desconstruir esta realidade e construir outra no coletivo da escola demanda muito esforço e uma nova organização do trabalho escolar.

Muitas foram às discussões coletivas e a proposta elaborada visa atender a todas as esferas desta escola, bem como garantir um processo contínuo de crescimento e amadurecimento pessoal e profissional, garantir ações e tomadas de decisões capazes de atender as necessidades de todos os envolvidos no processo educativo.

Sabe-se que a Proposta Pedagógica é um documento que garante ao professor e ao educando caminhos possíveis para uma educação de qualidade, bem como garantir um trabalho didático - pedagógico baseado nas práticas e vivências sociais dos alunos e em questões que proporcionam a esses “atores” desenvolver cidadania, moral e ética, adequados à realidade local, aqui uma escola situada em perímetro rural, com todas as especificidades que possui.

Na elaboração do PPP buscou-se cumprir com alguns dos objetivos propostos pelo curso de gestores. Sabe-se que este documento é de suma importância para todos os envolvidos no processo educacional da instituição estudada, pois “nele” está previsto todo direcionamento para o sucesso do trabalho coletivo. Esta análise do PPP da escola já citada e da forma de provimento ao cargo de diretor escolar leva a reflexão, para criar, recriar, desenvolver e aperfeiçoar e buscar a eficiência e a forma mais viável de se conduzir o processo educativo da Escola Municipal José Marcelino Pereira.

Referências Bibliográficas

DIAS, José Augusto, Jean Valerien. **Gestão da Escola Fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento**. Ed. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2001.

FERREIRA, Carapeto Naura Syria, Márcia Angela Aguiar da Silva. **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

SILVA, Maria Vieira da. TORRES, Maria de Lourdes Soares. **Projeto Político Pedagógico e Direitos Humanos**. Disponível em <http://www.ufal.edu.br/bibliotecavirtual>. Acesso em 01 de junho de 2013.

ANEXO A - PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

1 INTRODUÇÃO

A realidade educacional do Brasil exige um comprometimento por parte dos envolvidos. E esse comprometimento exige antes de tudo o planejamento coletivo das ações e a implementação de documentos que assegurem uma educação de qualidade para todos. A criação do Projeto Político-Pedagógico é de incumbência das instituições juntamente com todos os envolvidos no processo educacional. Ele deve ser implementado com base numa gestão democrática para garantir o bom funcionamento e direcionamento das instituições. Há de se discutir, portanto, o sentido do que seja o Projeto Político-Pedagógico.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma construção coletiva a partir de demandas reais apontadas por professores, alunos, pais, diretores e comunidade em geral. Nesse processo, a escola constrói autonomia, ganha segurança para alcançar seus objetivos e para enfrentar os desafios postos pela sociedade. (SILVA, TORRES, 2013 p.1)

De acordo com Veiga (1995) o Projeto Político-Pedagógico é a organização do trabalho pedagógico, da sala de aula ao portão da escola. Ele é um plano de melhoria e mudança da realidade.

Este projeto foi elaborado com o propósito de atender aos diversos segmentos representativos desta comunidade escolar e para que profissionais e todos envolvidos no trabalho educacional da Escola Municipal José Marcelino Pereira possam aproveitar de maneira consciente todos os propósitos aqui registrados para que os alunos construam seu aprendizado com qualidade e eficácia.

A Escola Municipal José Marcelino Pereira funciona em prédio próprio e é mantida e integrada à rede pública municipal de São José da Barra/MG, sediada à Praça Bom Jesus s/nº, no Bairro Bom Jesus dos Campos, possui uma estrutura de organização interna, prevista em legislação municipal que direciona as funções que asseguram o seu funcionamento.

A Escola foi instalada em 1986, com atendimento à Educação Infantil – 1º e 2º períodos e Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano de Escolaridade. A idade dos alunos atendidos varia entre quatro e dez anos, são oriundos da zona rural e da comunidade urbana de Bom Jesus dos Campos. Apresenta como princípio norteador de suas ações a excelência na qualidade dos serviços prestados, sem

qualquer tipo de discriminação. Na educação Infantil estão matriculados em 2013, 48 alunos, sendo 20 no 1º Período e 28 no 2º Período. No Ensino Fundamental são atendidos 148 alunos.

O Quadro da Escola é composto por uma Diretora, uma Especialista de Educação Básica - Supervisora Pedagógica, por dezesseis professores habilitados, com formação em nível superior, uma secretária escolar, um auxiliar de biblioteca e seis auxiliares de serviço. Conta ainda com o apoio de uma psicopedagoga, uma fonoaudióloga e uma psicóloga que atendem a todas as Escolas do município.

Aberto às modificações, este documento é fruto do trabalho coletivo e baseado nas aspirações e leituras das alunas do Curso de pós-graduação em Gestão Escolar oferecido pela UFMG. Contém todas as propostas baseadas nos princípios legais e está de acordo com a LDB e políticas educacionais vigentes. Foi criado com o propósito e ou função de conduzir e nortear intencionalidades educativas, estando sujeito a revisões, modificações e avaliações.

Neste documento está explícito ações reais que favorecerão o aprendizado significativo dos alunos e ações educativas que requerem continuidade e compromisso. Essas ações aqui propostas exigem um sério compromisso de forma democrática e com tomadas de decisões coletivas.

A Escola Municipal José Marcelino Pereira tem como base do seu trabalho a aprendizagem dos alunos e suas vivências cotidianas e pretende buscar apoio na comunidade escolar, visando atender aos anseios dos alunos de modo a envolver família e comunidade numa gestão participativa, vivenciando valores humanos e conscientizando os mesmos quanto à importância dos seus direitos e deveres estimulando a criatividade, a afetividade em busca de garantia de uma educação de qualidade.

Tem como prioridade o ato de ensinar e educar, resgatando os valores e necessidades dos educandos, considerando esses pressupostos fundamentais para a construção identitária dos mesmos. Considera-se o educando como o centro do trabalho educativo, sendo assim toda ação aqui proposta viabiliza atender o aluno em sua totalidade valorizando a escola como um espaço aberto ao aprendizado significativo numa gestão democrática.

Enfim, com os objetivos e metas propostos neste Projeto a Escola pretende cada vez mais evidenciar um ambiente privilegiado à formação do educando com

base no seu convívio social dando a ele oportunidades de aprendizagem dentro de um processo contínuo de relações fraternas.

2 FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico da Escola possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem, de um lado, ruptura com uma cultura de reprovação e com uma educação elitista e, de outro lado compromisso com a aprendizagem do aluno e com a educação de qualidade para todos os cidadãos. (CEE, Parecer 1.132/97)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 em seu artigo 2º define as finalidades da educação: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Nesse sentido, para que o Direito à educação seja garantido, o papel da Escola Municipal José Marcelino Pereira é o de assumir e liderar a sua efetividade no âmbito de suas atribuições.

As finalidades correspondem ao que se almeja com a educação dos alunos. Tomando por referência a legislação em vigor, Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394, de 20/12/1996, Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020-PL 8035/2010, Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, as Diretrizes Curriculares Nacionais, Referenciais, Resoluções da Secretaria de Estado de Educação, Pareceres do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação/MG, entre outros, a Escola Municipal José Marcelino Pereira, pautada pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática, apresenta como objetivo o de formar pessoas capazes de pensar e agir, cidadãos curiosos, criativos, afetivos, autoconfiantes, sociáveis, responsáveis, autônomos e éticos.

Como definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Nacional Nº 9394/96, no artigo 3º, em especial o inciso IX, a Escola assume com ênfase este incisos reguladores como sustentação de uma educação eficaz em toda sua complexidade.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Veiga (2008, p.16) indica alguns princípios que devem nortear a materialização dos objetivos mencionados anteriormente, destacam-se abaixo as principais ideias mencionadas pela autora:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o que significa trabalhar no sentido de garantir acesso e permanência de todos na escola e com qualidade;
- Escola de qualidade é direito de todos. A educação escolar precisa ser eficiente, adequada e bem distribuída, significando por esses atributos que: seja eficaz, isto é, ensine o que se proponha a ensinar e ensine bem, ensine o que o indivíduo precisa aprender e, mais, ensine as pessoas algo suficientemente diversificado nos seus objetivos para poder cobrir as necessidades do trabalho e dar a todos os educandos mais oportunidades.
- Gestão democrática como princípio consagrado pela Constituição Federal de 1988 e que abrange as dimensões pedagógicas, administrativa e financeira com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar.
- Liberdade como outro princípio constitucional, associado à ideia de autonomia, significando a possibilidade de a escola se orientar a partir de suas próprias regras e necessidades.
- Valorização da força do trabalho docente, seja por meio da formação inicial, seja por meio da formação continuada.

Há de se considerar um conjunto de qualidades, uma lista de elementos indispensáveis, uma multiplicidade de fatores determinantes para a produção de uma escola eficiente. Em síntese Dourado, Oliveira e Santos (2013 p.7) afirmam que “as condições e os insumos para oferta de um ensino de qualidade são fundamentais para a construção de uma boa escola ou uma escola eficaz”. Ainda citando Dourado, Oliveira e Santos (2013 p.7)

[...] observa-se as múltiplas dimensões que envolvem o conceito de qualidade, o que nos remete à busca de compreensão dos elementos objetivos e subjetivos que se colocam no interior da vida escolar e na percepção dos diferentes sujeitos sobre a organização da escola. Esses elementos dizem respeito, em geral, aos aspectos envolvidos na

compreensão e construção de uma escola de qualidade ou escola eficaz. (Dourado, Oliveira e Santos, 2013 p.7)

A Escola Municipal José Marcelino Pereira, por meio da legislação das políticas e programas educacionais, busca enfrentar os problemas sócio-econômico-culturais que adentram a Escola como: desestruturação familiar, transporte escolar, acesso à cultura, lazer, violência, dentre outros, para a efetivação de uma aprendizagem significativa.

Enfim, a gestão que toma por base o direito à educação, sem fracionar as dimensões: econômica, política, ética e cultural, têm a possibilidade de fazer da escola um campo de experimentação, expressão, criatividade e aprendizagens. Campos estes, vinculados à prática social, à vida cotidiana e à preparação para o mundo do trabalho. (Sala Ambiente Fundamentos do Direito à Educação, 2013, p.3)

2.1 Princípios e Finalidade Cultural da Escola

Conforme Resolução SEE Nº 2.197, DE 26 de outubro de 2012. MG: 25/10/2012, as Escolas adotarão, como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

- I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;
- III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Educar com foco na diversidade é um desafio que exige a combinação de muita sensibilidade, conhecimento e disposição. A Escola Municipal José Marcelino Pereira busca a participação ativa da comunidade escolar adaptando-se a sua pluralidade, e para que isso aconteça, é necessário que os estudantes se apropriem ou incorporem a cultura da comunidade onde vivem e, ao mesmo tempo, assimilem

os conhecimentos para intervir na melhoria das condições de vida, enfim, na transformação desta comunidade. Aprende-se, então, construindo e reconstruindo saberes, sem desconsiderar as diversidades existentes.

Ensinar bem é saber lidar com as diferenças, visto que cresce no âmbito educativo a diversidade. A Escola Municipal José Marcelino Pereira busca preparar o educando para que ele possa conviver em sociedade de forma igualitária. De acordo com GOMES (2006, p.86), “a escola é uma instituição privilegiada, na medida em que possibilita o contato entre atores com diferentes visões de mundo, podendo promover o seu encontro e a troca de significados e vivências”

2.2 Finalidades Política e Social e Humanística

Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando. (Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. MG: 25/10/2012).

Cabe à escola formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. A função da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários aos educandos, favorecendo sua participação em relações sociais cada vez mais amplas e para sua intervenção crítica e consciente na vida pública.

A Escola Municipal José Marcelino Pereira tem o compromisso social de ir além na transmissão do conhecimento sistematizado, preocupa-se em dotar o aluno das capacidades necessárias para viver e conviver em sociedade, preparando-os para uma aprendizagem contínua, além da sala de aula. Para isso, estimula o aluno a pensar, a descobrir, a questionar, a dar opiniões, a trabalhar em grupo defendendo e argumentando seus pontos de vista.

Outro aspecto importante considerado pela Escola como função social e humanística, é trabalhar e vivenciar com os alunos os valores e atitudes indispensáveis à formação da cidadania e ao seu desenvolvimento integral, tais como solidariedade, cooperação e respeito. Para isso, adotam-se estratégias, para

motivar a participação e colocar em prática concretamente seus planos, com a implementação de mecanismos de participação do aluno na escola através de espaços de organização de estudantes, promoção de reuniões periódicas, festas, competições esportivas, gincanas, eventos culturais. Tendo em vista a apreensão significativa dos valores e objetivando, em primeiro lugar, o fornecimento de uma educação de qualidade, transformando as metas em ações. Segundo Dourado, Oliveira e Santos, (2013 p.22) “ [...] quanto mais efetivos, ou menos formais, são os mecanismos de participação, maior o impacto deste condicionante na melhoria dos processos ensino-aprendizagem das escolas.”

A Escola tem como finalidade também, não menos importante que fornecer uma educação eficaz para os alunos, a satisfação, valorização e o engajamento ativo do professor, o que contribui para a motivação no trabalho, maior identificação com a escola, a redução da rotatividade e conseqüentemente resultados mais satisfatórios. Dourado, Oliveira e Santos, (2013 p.27) diz que associado à outras questões “o profissional ao sentir-se valorizado e incentivado pelo grupo pode realizar com maior satisfação e qualidade suas atividades na escola.”

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

É sabido que a gestão democrática na educação é um processo coletivo desenvolvido em parceria com a comunidade escolar e envolve transparência, participação, competência e autoridade compartilhada. É também um exercício de cidadania que educa crianças, jovens e adultos, considerando ser a escola um dos espaços onde os processos formativos se desenvolvem, remetendo ao entendimento de que há necessidade de um trabalho coletivo, sintonizado e com definição de metas e objetivos comuns.

Segundo Libâneo (2013), no estudo das concepções de organização e Gestão Escolar é sempre útil distinguir, um enfoque científico-racional e um enfoque crítico, de cunho sócio-político.

No primeiro enfoque, a organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente; portanto, pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência. As escolas que operam nesse modelo dão muito peso à estrutura organizacional: organograma de cargos e funções, hierarquia de funções, [...]. Este é o modelo mais comum de funcionamento da organização escolar. O segundo enfoque vê a organização escolar basicamente como um sistema que agrega pessoas, importando bastante a intencionalidade e as interações sociais que acontecem entre elas, o contexto sócio-político etc. (Libâneo, 2013, p.1)

Segundo Veiga (1995), a escola, de forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As primeiras asseguram, praticamente, a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e dá sustentação à estrutura pedagógica.

Ainda, conforme o Guia do Diretor Escolar SEE/MG (2006) o foco principal dos fins da gestão é o processo pedagógico, que ancorado na estrutura administrativa (pessoal, processos burocráticos, material, patrimônio) busca viabilizar o objetivo maior da Escola – a aprendizagem dos alunos e o sucesso no desempenho de todos.

Busca-se organizar e gerir o trabalho na Escola Municipal José Marcelino Pereira de maneira coerente com o contexto, com as concepções e finalidades da instituição. As formas de organizar tanto as questões administrativas e pedagógicas, quanto a prática que os professores desenvolvem com os educandos no trabalho cotidiano, de cuidar e educar devem refletir uma relação entre o discurso e a prática.

Enfim compreender a estrutura organizacional da escola significa conhecer os assuntos e os problemas que afetam o processo ensino aprendizagem, de forma a minimizá-los, e assim, planejar, propor e se responsabilizar por ações concretas para melhorar a qualidade do ensino na Escola e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos.

3.1 Estrutura Administrativa

3.1.1 Identificação da Escola e Recursos Físicos

A Escola Municipal José Marcelino Pereira, mantida e integrada à rede pública municipal de São José da Barra/MG, sediada à Praça Bom Jesus s/nº, no Bairro Bom Jesus dos Campos, possui uma estrutura de organização interna, prevista em legislação municipal que ordena as funções que asseguram o seu funcionamento.

Marcas do dia a dia das grandes cidades não fazem parte do cotidiano dessa comunidade que é pequena, com hábitos simples, formada em sua maioria por trabalhadores rurais, que vivem da agropecuária e do cultivo da pimenta. O bairro onde está situada a escola é um bairro periférico, um local com uma estimativa de 95% de suas ruas asfaltadas, onde possui boa iluminação pública, possui posto de saúde. A área de lazer é bastante deficiente. Não existe uma área propícia para as crianças.

A Escola foi instalada em 1986, em prédio próprio com atendimento aos alunos regularmente matriculados na Educação Infantil – 1º e 2º período e Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano de Escolaridade. A idade dos alunos atendidos varia entre 4 (quatro) e 10 (dez) anos, são oriundos da zona rural e da comunidade urbana de Bom Jesus dos Campos. Na Educação Infantil estão matriculados em 2013, 48 alunos, sendo 20 no 1º Período e 28 no 2º Período. No Ensino Fundamental são atendidos 148 alunos, assim distribuídos:

Quadro 1

Quantitativo de alunos no Ensino Fundamental da E M José Marcelino Pereira	
1º ano	23
2º ano	24
3º ano I	17
3º ano II	16
4º ano I	18
4º ano II	19
5º ano I	16
5º ano II	15

A Unidade Educacional possui dois andares, conta com onze salas de aula, uma) sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão, sala de professores, secretaria, banheiro específico para professores, laboratório de informática, biblioteca, sala de xerox, dois banheiros feminino e masculino para alunos, cozinha, refeitório, um parquinho e um depósito. Dispõe ainda, de uma quadra poliesportiva coberta.

Um dos fatores desfavoráveis a acomodação dos alunos é a pequena área física usada para recreio e locomoção e isso provoca uma agitação do alunado, principalmente nos horários de intervalo, e assegurar a disciplina se torna um desafio que carece de uma ação coletiva e pedagógica, visto que é o espaço que se tem. Faz-se, então, necessária a adequação desse espaço, ou mesmo, um estudo sobre as possibilidades de utilização com melhor aproveitamento. Este tem sido motivo de muitas reclamações da comunidade, visto que, devem ser oferecidas às crianças boas condições para a concretização do processo de ensino e aprendizagem.

3.1.2 Recursos Humanos

O Quadro da Escola é composto por uma Diretora, uma Especialista de Educação Básica - Supervisora Pedagógica, por dezesseis professores habilitados, com formação em nível superior, uma secretária escolar, um auxiliar de biblioteca e seis auxiliares de serviço. A Escola conta ainda com o apoio de uma psicopedagoga, uma fonoaudióloga e uma psicóloga que atendem a todas as Escolas do município, seguindo um cronograma pré-estabelecido, tendo como propósito, atender alunos

com dificuldades e oferecer mais oportunidades e melhores condições de aprendizagem.

Também faz parte do quadro da escola o Conselho Escolar, eleito no início do ano letivo, que tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais em questões que envolvem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros definidas na legislação municipal e no Regimento Escolar. Ele conta com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade local e escolar, e deveria possibilitar, assim, uma melhor aplicação dos recursos financeiros da escola, como também uma gestão mais transparente e democrática. Mas a Escola Municipal José Marcelino Pereira vê a necessidade de envolver e qualificar os participantes do Conselho Escolar para que a prática se aproxime dos padrões teóricos.

A diretora, auxiliada pela supervisora pedagógica e demais componentes administrativos, coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, respeitando as leis vigentes e atendendo determinações da Secretaria Municipal de Ensino e órgãos superiores. Segundo o Guia do Diretor Escolar SEE/MG (2006, p. 15) “cabe ao Diretor Escolar articular todas as formas da gestão, direcionando-as para o foco central do fazer da Escola: o ensinar e o aprender.”

A supervisora pedagógica, acompanha, assessora, avalia as atividades pedagógicas. Conforme o Guia dos Especialistas da Educação Básica é de sua “competência também coordenar e articular a implementação e a efetivação da prática que compõem o Projeto Político-Pedagógico.” Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas e ainda, cuidar do ambiente de trabalho, no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor e manter relacionamento com os pais e a comunidade escolar, no que diz respeito ao funcionamento pedagógico.

Os técnicos-administrativos, secretária escolar, auxiliar de biblioteca, auxiliares de serviço asseguram o atendimento das funções e dos objetivos da escola. A Secretária Escolar cuida da documentação, escrituração e correspondência interna e externa da escola, dos docentes, demais funcionários e dos alunos. Responde também pelo atendimento ao público.

O auxiliar de biblioteca responde pelo planejamento, organização e atendimento ao usuário. Auxilia professores regentes em atividades e projetos afins à arte, leitura e literatura, colabora no atendimento ao educando em suas demandas

de pesquisa e estudo, orientando-os na localização e uso de materiais bibliográficos e audiovisuais; responde ainda pelos multimeios, que compreende a biblioteca, videoteca, os equipamentos audiovisuais e outros recursos didáticos.

Os auxiliares de serviço cuidam da manutenção, conservação e limpeza do prédio; da guarda das dependências, instalações e equipamentos; da cozinha e da preparação e distribuição da merenda escolar; da execução de pequenos consertos e outros serviços rotineiros da escola.

O Corpo docente é constituído pelo conjunto dos professores em exercício na escola, que tem como função básica realizar o objetivo prioritário da escola, o ensino. Os professores de todas as disciplinas formam, junto com a direção e especialista, a equipe escolar. Além do seu papel específico de docência das disciplinas, os professores também têm responsabilidades de participar das reuniões pedagógicas semanais, realização das atividades da escola e decisões do Conselho Escolar e de classe, das reuniões com os pais e das demais atividades cívicas, culturais e recreativas da comunidade.

Para realizar um ensino de qualidade e cumprir suas finalidades, a organização e a participação efetiva da comunidade escolar é preponderante para a Escola Municipal José Marcelino Pereira, que também acredita que a gestão democrática e participativa traz soluções mais “fortes” e com visão abrangente, desenvolve o espírito de equipe e cooperação e reduz conflitos decorrentes de decisões tomadas.

Nessa concepção, Libâneo (2013, p.7) enfatiza a importância de uma estrutura organizada da escola para se atingir os resultados pretendidos:

De fato, a organização e gestão refere-se aos meios de realização do trabalho escolar, isto é, à racionalização do trabalho e à coordenação do esforço coletivo do pessoal que atua na escola, envolvendo os aspectos, físicos e materiais, os conhecimentos e qualificações práticas do educador, as relações humano-interacionais, o planejamento, a administração, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar. Tudo em função de atingir os objetivos. Ou seja, como toda instituição as escolas buscam resultados, o que implica uma ação racional, estruturada e coordenada. Ao mesmo tempo, sendo uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados e de ações coordenadas e controladas dos agentes do processo. (LIBÂNEO, 2013, p.7).

Por fim, a Escola aposta na construção coletiva dos objetivos e seu funcionamento por meio do diálogo, do consenso.

3.2 Estrutura Pedagógica

A organização do trabalho na escola passa pela atuação dos professores e do bom andamento do processo pedagógico, garantindo o sucesso do processo ensino aprendizagem.

Dessa forma, a Escola Municipal José Marcelino Pereira preocupada com a efetividade do processo se volta especialmente para a prática pedagógica desenvolvida pelos professores que une a instituição escolar à sociedade.

O conhecimento é organizado por disciplina, a escola adota apostilas do Núcleo de Apoio a Municípios e Estados - NAME do Sistema COC de Ensino, instituição privada, com desenvolvimento de projetos pedagógicos e a professora a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, aborda os conteúdos de acordo com a vivência de cada um, preocupando-se então com a construção de conhecimentos. A avaliação é processual através de atividades e da participação em sala, para que dessa forma o professor possa acompanhar as dificuldades apresentadas no processo de aprendizagem do educando e repense sua prática.

A Escola Municipal José Marcelino Pereira tanto na educação infantil quanto no Ensino Fundamental tem como compromisso cuidar e educar. As crianças são respeitadas em sua individualidade. Suas emoções e suas manifestações são aspectos integrantes e indissociáveis das práticas cotidianas da Escola, procura-se atender as suas necessidades de acordo com a faixa etária, garantindo a ampliação dos conhecimentos de forma a possibilitar a construção da autonomia, criatividade, criticidade, responsabilidade e formação de autoconceito positivo, contribuindo assim para o exercício da cidadania.

4 CURRÍCULO

Currículo compreende o conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito escolar, cujo objetivo é construir e produzir conhecimentos. De acordo com o Guia de Estudos para Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar SEE/MG (2006) apud Guia do Diretor Escolar – SEE/MG (2006):

[...] Define-se currículo como conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares define suas intenções e proporciona subsídios para a execução das ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar devem estar presentes. (Guia de Estudos para Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar SEE/MG - 2006)

Os educandos necessitam dos Conteúdos Básicos para se situarem no mundo onde vivem e a escola deve privilegiar os interesses, a realidade social e as aptidões de seus alunos para oferecer Conteúdos Complementares, estratégias diversificadas objetivando o aprendizado dos alunos. É essa compreensão de currículo que deve direcionar a sua elaboração pela Escola, sem se esquecer do embasamento legal e teórico.

O currículo representa o caminho a ser percorrido pelo qual se organiza a Escola Municipal José Marcelino Pereira, como: o que ensinar, como ensinar e que prática será utilizada, ele é um instrumento de comunicação entre teoria e prática para a efetivação de uma escola de qualidade.

Para a concretização de seus objetivos, a Escola se orienta pela LDB 9394/96, Resoluções da SEE, Pareceres, os Cadernos da SEE/MG elaborados pelo CEALE/UFMG, os Guias do Professor Alfabetizador para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as Propostas contidas nas Matrizes Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental dentre outros.

Sabe-se que a instituição escolar tem função de colocar o aluno frente a uma diversidade de propostas referentes a cada disciplina, integrando a uma prática interdisciplinar para uma visão integral da realidade. Não se pode entender o currículo como uma visão isolada das disciplinas. Ele compreende, pois, toda a união das partes. De acordo com Veiga (1995) “o currículo não pode ser separado

do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado”.

A Escola trabalha, de forma contextualizada com as realidades da sociedade atual que busca transformações e inovações. Os Temas Transversais são desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando, assim, a articulação com a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

A Escola Municipal José Marcelino Pereira se propõe a desenvolver um currículo de forma que os alunos se tornem reflexivos, críticos e os professores desenvolvam a prática docente também de forma crítica, reflexiva. Propõe-se também construir atividades pedagógicas e alternativas que sejam capazes de atender aos anseios e expectativas do educando.

A organização curricular da Escola Municipal José Marcelino Pereira, baseada na Resolução SEE Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, que estabelece as diretrizes para a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas de Educação Básica de Minas Gerais, e se fará da seguinte forma:

Na educação infantil - trabalhará a formação humana das crianças, articulando o cuidar e educar com intenção pedagógica, considerando a construção da autonomia, da independência e da socialização, favorecendo, assim, o seu crescimento e desenvolvimento. A educação infantil deve ter uma proximidade com a família, buscar o seu envolvimento, desenvolvendo o trabalho de cuidar e educar em parceria, construindo vínculos e uma relação de confiança entre as duas instituições em um ambiente que expresse e valorize a diversidade estética e cultural.

Na organização curricular do ensino fundamental será observado o conjunto de Matrizes Curriculares para os Anos Iniciais a serem ensinadas, obrigatoriamente, por todas as unidades escolares da rede municipal de ensino. Estrutura-se em ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais e com duração de nove anos:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

Art. 27 - O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012).

O ciclo de alfabetização visa ao desenvolvimento de conjuntos considerados fundamentais aos processos de alfabetização e letramento dos alunos, realizado através da apropriação do sistema de escrita e ortografia; bem como o desenvolvimento e capacidade motora e cognitiva desenvolvidas desde o primeiro ano.

Para definição dos conteúdos curriculares para o ciclo de alfabetização e ciclo complementar serão observados elementos fundamentais, capazes de desenvolver o pessoal e sócio cultural dos alunos. Numa metodologia que busca compreender conceitos, procedimentos, conhecimentos e compreensão da realidade de forma significativa e contextualizada.

Ao final do ciclo de alfabetização espera-se o desenvolvimento de atitudes e disposições favoráveis à leitura, bem como o domínio de capacidades necessárias à sua efetivação com fluência, compreendendo a valorização da escrita, da produção de textos, identificação de diversos gêneros textuais.

Art. 29 - Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Art. 60 - Considerando que o processo de alfabetização e o zelo com o letramento são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, as Escolas devem organizar suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar.

Art. 63 - A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento (RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012).

Outra questão importante para a Escola e necessária à educação Infantil e Ensino Fundamental é a presença do lúdico nos conteúdos e nas atividades. Conforme o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE/UFMG, 2004) “A ludicidade contribui para melhor promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas procedimentais e atitudinais que se deseja ver construídas pelas crianças nesta faixa etária.”

O currículo da Escola Municipal José Marcelino Pereira é formado por ações concretas dentro da realidade escolar que se juntam e se completam“. [...] não faz sentido a tentativa de se definir um currículo crítico universalmente válido”. (Moreira, 2013, p. 126). Estas ações são:

- a) A Grade Curricular que abrange as diferentes áreas do conhecimento e os conteúdos realizados da educação infantil ao 5º ano.
- b) As séries de práticas, projetos e atividades que transcorrem na grade curricular que a torna completa e aprimorada, desenvolvendo cada vez mais capacidades e habilidades envolvendo os educandos e que são necessárias para incrementar a qualidade do trabalho e garantir o sucesso da proposta.

A organização da proposta curricular da Escola obedece ao regime de ano de escolaridade atendendo cento e noventa e seis alunos devidamente matriculados e está preparada para atender alunos com necessidades especiais no ensino regular, garantindo o processo de inclusão.

A Escola Municipal José Marcelino Pereira terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar, com tranquilidade, a transição entre as etapas da Educação Básica e que a cada final de ano de escolaridade o aluno alcance os objetivos propostos e por sua vez que o currículo se associe com o alcance de metas de desempenho.

Art 25 - A transição entre as etapas da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental – deve assegurar formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que garantam aos alunos um percurso contínuo de aprendizagem, com qualidade. (RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012).

Estratégias diversificadas serão definidas pelos professores e comunidade escolar visando desenvolver conteúdos de forma integrada, contextualizada e interdisciplinar:

- Trabalho coletivo para que os alunos possam construir seu próprio conhecimento - em forma de pequenos grupos integrando-os, numa prática mediada pelo docente;
- Pesquisa de campo e entrevistas proporcionando ao aluno construir seu próprio conhecimento;
- Atividades lúdicas e prazerosas de forma que o aluno aprenda brincando;
- Desenvolver a função social da escrita buscando leitura em volta do ambiente escolar bem como a comunidade local;
- Aulas práticas e teóricas com suporte no laboratório de informática e outros;
- Metas e atividades significativas detalhadas por ano de escolaridade;
- Atividades extraclasse para fortalecer o aprendizado em sala de aula;
- Propostas de atividades para casa visando a participação dos pais na vida escolar do aluno.

Em seu currículo, a Escola Municipal José Marcelino Pereira trabalha com foco na educação inclusiva e com qualidade, se baseando nos desafios da modernidade: ser emancipadora, libertadora e inclusiva; ter na centralidade o aluno e cuidar e educar este aluno com os pressupostos dos processos de ensino aprendizagem:

- Todo aluno é capaz de aprender;
- Todo professor é capaz de ensinar;
- Aluno motivado, com autoestima elevada aprende com mais facilidade;
- Desenvolvimento cognitivo, afetivo e social fazem parte do mesmo processo;
- Ensino contextualizado, aprendizagem significativa, desenvolvimento de competências e habilidades;
- Valorização do saber do aluno, seus avanços e progressos e acolhimento em suas dificuldades;
- Relação professor/aluno: afeto, apoio, parceria, ética.

5 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola deve organizar o tempo e o espaço considerando várias dimensões capazes de proporcionar ao aluno sua construção do conhecimento. Essas dimensões sejam elas afetivas, emocionais, culturais, ética, estéticas dentre outras devem aprimorar a construção do conhecimento. A escola desenvolve atividades capazes de explorar e valorizar de forma afetiva todos os espaços físicos que a envolvem devendo, pois, acrescentar em suas atividades corriqueiras, visitas em pontos turísticos, biblioteca pública, espaços onde são desenvolvidas atividades artísticas, dentre outros espaços sociais, buscando de maneira efetiva enriquecer a aprendizagem do aluno, valorizando assim as atividades extraclasse.

O tempo escolar não deve ser rígido, no mesmo ritmo para todos os alunos, como afirma Fernandes (2008, p.8) ele deve ser organizado em torno dos objetivos a serem alcançados e não somente com ênfase nos conteúdos trabalhados pelos professores. Segundo o referido autor,

[...] analisar a lógica temporal da escola que conhecemos, veremos que é uma lógica transmissiva, isto é, que organiza os tempos e espaços dos estudantes e professores em torno dos conteúdos a serem trabalhados, de um currículo cuja concepção está relacionada a um conteúdo linear e com ênfase nos conteúdos a serem transmitidos e não nos objetivos a serem alcançados. (Fernandes, 2008, p.8)

De acordo com o Guia do Diretor Escolar SEE/MG (2006, p. 26) “Estudos científicos revelam que a aprendizagem é uma atividade bastante complexa, que não acontece de forma linear e sequencial e envolve aspectos de natureza biológica, psicológica, cultural, entre outros”. Com base nessas afirmativas que a Escola Municipal Marcelino Pereira desenvolve seu trabalho educativo visando à formação integral do aluno, buscando reconhecê-lo como produtor do seu próprio conhecimento, colocando-o em situações favoráveis ao seu desenvolvimento. É preciso, pois desenvolver práticas numa experiência pedagógica capaz de reconhecer o aluno como centro do processo educativo, mas para que isso aconteça deve se oferecer um espaço adequado com relações fraternas e coletivas e favoráveis que estimulem os valores morais e éticos.

A organização do tempo escolar expressa no calendário constitui um fator de suma importância para a consecução dos objetivos educacionais estabelecidos pela escola. Nesse documento estão explícitos os números de dias letivos e a carga

horária prevista na legislação. O calendário escolar define a organização do ano escolar nos estabelecimentos de ensino, determina as datas previstas para o início e o término dos períodos letivos, férias escolares, recessos, reuniões pedagógicas, e as demais atividades. Segundo a Resolução SEE nº 2197, de 26 de outubro de 2012,

Art. 7º O Calendário Escolar deve ser elaborado pela Escola, em acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação – SEE, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, cabendo à Inspeção Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas.

§ 1º Serão garantidos, no Calendário Escolar, os mínimos de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais, e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. (RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012)

O calendário escolar desta instituição de ensino consta com 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 (oitocentas) horas, tempo necessário previsto em lei para que o aluno possa desenvolver sua aprendizagem ao longo dos anos de escolaridade.

Na escola é preciso valorizar os tempos determinados pra toda e qualquer atividade desenvolvida. É preciso também saber utilizar esse tempo aproveitando de maneira consciente o espaço respeitando os ritmos, os indivíduos suas relações cotidianas buscando de forma positiva alcançar os objetivos propostos. Nesse sentido, Freitas (2004, p.1) diz que:

Esta dimensão espacial é vivida em acontecimentos que se desenrolam em seus tempos e ritmos(tempo para estudar, tempo para aprender matemática, tempo para brincar, tempo para planejar, tempo para gerir). Nada é tão demarcado na forma escolar atual como seus tempos. Instituí-los implicou em decisões igualmente orientadas por uma visão de mundo e por concepções de educação. Tais decisões foram implementadas há tanto tempo na história da escola que já não nos damos mais ao trabalho de examiná-las e, em geral, damos isso por suposto e naturalizado. (Freitas, 2013, p.1)

A Escola Marcelino Pereira tem em seus propósitos cumprir com responsabilidade os dias previstos no calendário Escolar, respeitando a carga horária dos alunos com o compromisso de proporcionar atividades para os seu desenvolvimento.

Na escola é preciso valorizar os tempos determinados pra toda e qualquer atividade desenvolvida. É preciso também saber utilizar esse tempo aproveitando de maneira consciente o espaço respeitando os ritmos, os indivíduos, suas relações cotidianas buscando de forma positiva alcançar os objetivos propostos.

Art. 11 A jornada escolar no Ensino Fundamental deve ser de, no mínimo, 4 horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio.

Art. 12 Respeitados os dispositivos legais, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no ensino fundamental e médio, assegurando a duração da semana letiva de 05 (cinco) dias.

Art. 13 Poderá ser organizado horário escolar, com aulas geminadas de um mesmo Componente Curricular, para melhor desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem. (RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012).

Levando em consideração na organização do tempo escolar, a realidade dos alunos, a região e a estrutura da instituição, e para que o trabalho pedagógico seja de qualidade, as atividades educacionais da Escola Municipal José Marcelino Pereira acontecem no período vespertino, das doze horas às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, incluindo o horário do recreio, atendendo cento e noventa e seis alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental até o 5º ano.

Para que todos os espaços físicos da instituição, como o laboratório de informática, biblioteca, sala de vídeos, sala de recursos, sejam usufruídos para a realização de objetivos educacionais, uma escala de turmas e horários é previamente definida.

Para manutenção da qualidade do trabalho pedagógico e fortalecer a escola como instância de educação continuada, a Escola Municipal José Marcelino Pereira proporciona aos professores períodos de estudo e reflexão sobre a prática. É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento e consequentemente

as atividades curriculares serão planejadas e desenvolvidas com eficácia visando atender aos anseios dos alunos de maneira inclusiva com base nos conhecimentos prévios, nas vivências cotidianas garantindo direitos e deveres dos mesmos e garantindo uma construção do conhecimento satisfatória numa gestão democrática, com práticas educacionais que garantam o acesso e permanência do educando em seu espaço e tempo escolar.

6 PROCESSOS DE DECISÃO

Hodiernamente o principal objetivo das escolas é fornecer uma educação de qualidade e esta busca passa por planejamentos estratégicos, conscientes, organizados de forma participativa, enfim, por processos decisórios eficientes. Tais decisões no âmbito escolar deverão ser feitos de maneira democrática, onde todos serão envolvidos. De acordo com Paro (1993), é de extrema importância, a instalação de uma gestão democrática no interior da escola, onde a combinação de esforços de funcionários, professores, pessoal técnico, administrativo, alunos e pais sejam fundamentadas numa participação coletiva.

No ambiente escolar cada um deve fazer sua parte em busca do bem comum. É complexa a administração de uma escola, sendo de suma importância a participação de todos com a responsabilidade de alcançar os objetivos de maneira transparente e constante. Nesse sentido, Gonçalves e Carmo (2001, p.31) define os estabelecimentos de ensino:

Como unidades sociais, são organismos vivos e dinâmicos e como tal devem ser entendidos ao se caracterizarem por uma rede de relações entre os elementos que nelas interferem, direta ou indiretamente a sua direção demanda um novo enfoque de organização. E é a essa necessidade que a gestão tenta responder.

Já não cabe em uma escola a gestão autocrática, a LDB 9394/96 de 20/12/1996 orienta a organização da gestão democrática, onde todos participam: família, sociedade e poder público. E cabe ao gestor conduzir este processo de tomada de decisão com compromisso. Ele deverá ser capaz de dinamizar o processo decisório e distribuir funções e responsabilidades de forma que permita a cada integrante do espaço escolar fazer sua parte.

A atual gestora da Escola Municipal José Marcelino busca integrar e valorizar cada um, atendendo aos anseios da comunidade escolar, promovendo participações coletivas, descentralizando o poder, dividindo tarefas, enfim atuando de forma democrática e compartilhada. O trabalho em equipe é valorizado e a consequência deste trabalho conjunto é uma escola com melhor qualidade de vida para todos.

Para Gonçalves e Carmo (2001, p.35) o papel do gestor na descentralização dos processos e a condução do trabalho coletivo são fundamentais. Segundo os autores,

[...] se ele acreditar que não há administração satisfatória sem a participação de todos, e de que não haverá participação condizente de todos, sem o papel de coordenador. Para que aconteça essa participação é preciso que o gestor se proponha, conscientemente, a impor o menos possível; a aceitar a amorosidade de um processo participativo; a superar o medo de ser julgado e ainda de perder alguns privilégios; a de ter de conviver com ideias diferentes ou contraditórias as suas e a de conter sua tendência mais ou menos centralizadora, individualista ao tomar decisões.

Na organização escolar democrática e participativa é importante que cada um tenha suas funções bem definidas para que o trabalho caminhe de maneira ordenada e eficaz. Sendo assim, na Escola Municipal José Marcelino Pereira, o processo de tomada de decisão implica que cada um tem o poder de decidir sobre sua área de atuação, com o apoio e colaboração da gestora visando ao objetivo maior: a aprendizagem dos alunos.

Compete ao diretor, tendo como eixo do seu trabalho responsabilizar pela gestão pedagógica e administrativa, financeira bem como a gestão de pessoas e dos resultados esperados, administrando com autonomia, democracia, intermediando várias situações de conflito buscando solucioná-los com habilidade. O Guia do Diretor Escolar SEE/MG (2006, p.7) sugere um modelo e uma forma de dirigir a Escola dentro de uma ação coletiva, engajada, com foco no bem comum que é uma educação efetiva. Segundo o referido Guia,

A Escola precisa ser, hoje, o lugar onde toda a comunidade escolar – Diretor, Especialistas, Professores, Servidores da Secretaria e dos Serviços Gerais, Pais e Alunos – atua como articuladora e transformadora da realidade. Para tanto, o Diretor Escolar, mais que um administrador, deve exercer sua missão de verdadeiro líder da Escola, conciliando as demandas burocráticas e pedagógicas, estimulando a participação dos pais e comunidade, gerindo os recursos públicos, formando seus professores e funcionários, trabalhando as relações interpessoais, tudo para garantir que todos os alunos progridam.

É preciso também que o gestor possibilite a formação continuada e que a avaliação do desempenho individual aconteça de forma justa e transparente, para que cada profissional possa desenvolver-se de maneira satisfatória e conseqüentemente alcancem o sucesso.

O trabalho da supervisora pedagógica, também uma aliada da direção, será proposto neste documento de forma que ela seja a responsável pelo ato de planejar,

assessorar e avaliar as atividades didáticas pedagógicas propostas. A ela será dada a responsabilidade de assegurar melhorias na aprendizagem do aluno, o planejamento das atividades educativas, acompanhar e assessorar os professores acompanhando os planejamentos das ações e manter uma boa comunicação com a família, comunidade escolar e outros.

Um outro órgão responsável pela tomada de decisão nesta instituição é o Conselho Escolar, órgão representativo da comunidade escolar com função deliberativa, consultiva e avaliação nos assuntos gerais referentes à gestão administrativa, pedagógica e financeira.

Fortalecer as relações da escola com a família é de suma importância no trabalho educativo desta instituição, pois esta parceria é imprescindível nas ações internas e externas da Escola dinamiza o processo educativo e ajuda nas tomadas de decisões. O gestor precisa garantir e promover a participação efetiva da comunidade na escola. Nota-se que quando os pais e a comunidade participam da escola os resultados no processo de aprendizagem são positivos. Com base nesses pressupostos a Escola Municipal José Marcelino Pereira trabalha em parceria, tendo pais e comunidade como aliados nas decisões e na viabilização para garantir melhorias, melhor ensino e mais aprendizagem dos alunos.

A participação das famílias são resultados de lutas em prol da democracia na escola, possibilita aos sujeitos o exercício da liberdade e asseguram sua autonomia. A esse respeito, segundo Gadotti (1994 p. 42 apud Guia do Diretor Escolar SEE/MG 2006 p. 46) “A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para cidadania”. Dessa forma, é preciso que o grupo pense a educação segundo a sua própria perspectiva, valorizando o papel e opinião das pessoas que movem o cotidiano escolar, quando as decisões são tomadas coletivamente se tem uma escola de boa qualidade e se firma também uma educação de todos para todos.

7 RELAÇÕES DE TRABALHO

O espaço escolar tem possibilidade para a construção, de fato, coletiva e democrática. Um local onde se devem articular trocas de experiências e negociações em busca de uma aprendizagem significativa. Sem se esquecer da intervenção do estado na Escola, do controle, é necessário a busca diária do espaço de cada um, onde todos participem das decisões.

As relações humanas se tornam complexas no interior da escola, interações não são fáceis, objetivos são diferentes, visto que convivem classes sociais, valores e culturas distintas. Conforme Japecanga (2013, p. 41) as escolas públicas “vivem uma realidade bastante difícil, em vários sentidos, [...]”. A Hierarquia se torna evidente, diretores controlam a participação do grupo e daí surgem conflitos, resistências de todos os lados. Para se chegar a consensos é essencial que o coletivo escolar se envolva em discussões e decisões sobre a linha condutora do trabalho. Segundo Azanha (1995, p.24) apud Falsarella (2013, p. 20):

Só a escola, com seu diretor, seu corpo docente, seus funcionários, suas associações de pais tem que examinar sua própria realidade específica e local; fazer um balanço das suas dificuldades e se organizar para vencê-las. Não há plano de melhoria empacotado por qualquer outro órgão que possa realmente alterar, substantivamente, a realidade de cada escola. Se a própria escola não for capaz de se debruçar sobre os seus problemas, de fazer aflorar esses problemas e de se organizar para resolvê-los, ninguém fará isso por ela.

Busca-se na Escola Municipal José Marcelino Pereira, relações de trabalho pautadas na solidariedade e na participação coletiva. Problemas e conflitos profissionais existem, tentativas de imporem suas vontades e suas más vontades também é realidade, as relações de poder geram conflitos entre as partes envolvidas. Essas relações, segundo o pensador Michel Foucault (1999) apud Aragão (2013, p.272), podem ocorrer entre pais e filhos; alunos e professores; governantes e governados; patrões e empregados, e assim por diante.

Por outro lado é visível a forma ordenada de se conduzir o diálogo, sem imposição, com direito aos questionamentos que se fizerem necessários para a solução dos impasses, valorizando o papel e a opinião dos atores que movem o cotidiano escolar, de modo a promover uma melhoria significativa do ensino/aprendizagem.

É necessária a participação de todos os segmentos da escola – diretor, professores, pais, alunos e funcionários – para que os objetivos, as discussões e as decisões sejam em favor de uma escola de qualidade. Uma maneira de dinamizar o trabalho é saber que existem divergências de ideias, conflitos, mas que a vontade de superá-los seja maior, pois se faz necessária a união para resolver os problemas corriqueiros e enfrentar situações adversas que perpassam o cotidiano escolar, o importante é considerar que ninguém faz nada sozinho e que o respeito, a solidariedade, a reciprocidade devem servir de base para as relações de trabalho. Conforme Falsarella (2013, p. 19), a gestão democrática da escola pública só tem sentido se possibilitar a renovação de conceitos e práticas pedagógicas, de modo a favorecer o trabalho docente na busca de uma aprendizagem dos alunos, razão principal da existência da escola. Nesse sentido, a Escola busca formas para o custeio e incentiva os profissionais a pensar na própria formação e aperfeiçoamento atualizando-se permanentemente por meio de participações em fóruns, seminários, cursos e eventos destinados à discussão dos assuntos relacionados à área educacional. No âmbito escolar estabelece rotina de organização de tempo para estudos, discussões sobre a prática, elaboração de projetos de trabalho e planejamento.

Como afirma Libâneo (2008, p.78) apud Falsarella (2013,p.19) “escola democrática é a que propicia as condições de desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos”. A relação professor-aluno, nesta instituição é parte do processo de aprendizagem e é vinculada às normas que o permeiam: currículo, estratégias de ensino e programas, ela processa-se de forma amistosa, com afetividade em um ambiente agradável e prazeroso, não deixando de lado a necessidade de reconstruir diariamente a relação baseada no respeito e na solidariedade.

É fundamental para a Escola Municipal José Marcelino Pereira manter laços estreitos com a família, pois o desempenho dos alunos é melhor quando pais ou responsáveis participam da vida escolar dos filhos e são constantemente informados do seu rendimento escolar e dos resultados das avaliações externas. Na Escola a tarefa de educar deve ser compartilhada entre os profissionais da educação, as famílias e a comunidade escolar. O impacto na aprendizagem é perceptível, e a melhoria da atitude das crianças para com outras crianças, para com a escola e professores é consequência natural.

8 AVALIAÇÃO

A avaliação é a chave mestra do acompanhamento e do direcionamento das decisões sobre os rumos da instituição escolar. Ela se revela como um importante instrumento de gestão. De acordo com Souza (2005, p. 2) “a avaliação do conjunto do trabalho da escola como instituição educativa, como subsídio do processo de planejamento, é um instrumento de gestão democrática desta instituição.” Nesse sentido é um ato dinâmico, significativo que direciona as ações dos educadores e dos educandos. A avaliação é um importante instrumento que possibilita o conhecimento para subsidiar as informações e decisões sobre a vida escolar e tem sempre por finalidade a educação de qualidade. Pode ser compreendida em avaliação da aprendizagem e avaliação institucional interna e externa.

Para avaliar é fundamental que a escola estabeleça critérios minuciosos. Não basta avaliar por avaliar. É preciso observar o que avaliar e acompanhar de forma dinâmica o desenvolvimento do processo educativo. Cabe aos responsáveis pela avaliação identificar de forma clara e objetiva quais aspectos a serem avaliados e quais são devidamente adequados ao trabalho desenvolvido.

A avaliação da aprendizagem é uma fonte de informações e indicadores para nortear os procedimentos pedagógicos e possibilitar a formação global dos alunos. Segundo a Resolução SEE nº 2197, de 26 de outubro de 2012, na avaliação da aprendizagem:

Art. 70 - A Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Parágrafo único. As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados.

Para que o direito de aprender seja garantido a todos os alunos, a avaliação deverá ser feita no processo cotidiano da sala de aula possibilitando o diagnóstico da dificuldade individual para que medidas possam ser tomadas efetivando assim o desenvolvimento da capacidade do aluno. Para o educador Luckesi (2013), a boa

avaliação aplicada à aprendizagem envolve três passos: “coleta de dados para a avaliação de aprendizagem, qualificação dos dados e, se necessário, por último, a intervenção”.

Na Escola Municipal José Marcelino Pereira, tomando por base o artigo 69 da Resolução SEE nº 2197, de 26 de outubro de 2012, a avaliação da aprendizagem parte integrante da implementação do currículo, é realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, e deve:

- I - assumir um caráter processual, formativo e participativo;
- II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo; (Resolução SEE nº 2197, de 26 de outubro de 2012)

Tem ainda, como meta, introduzir mecanismos permanentes e modernos de avaliação do desempenho profissional, para obtenção de resultados positivos e padrões elevados de sucesso no processo de ensino aprendizagem. Utilizando, para isso, os procedimentos implementados pelas avaliações em larga escala realizadas pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), assim a Escola presta contas à comunidade sobre a eficácia da educação oferecida e ainda fornece subsídios para o planejamento de seu programa de intervenção pedagógica.

Conforme assinala DARLING-HAMMOND e ASCHER, (1991, p.37), apud Souza (2005, p.3) “indicadores não substituem nem as ideias educacionais, nem as decisões sobre que políticas devem ser implementadas”. Contudo, a avaliação da aprendizagem é um importante referencial, ela dá suporte à avaliação institucional conforme afirma DARLING-HAMMOND e ASCHER, (1991, p.37), apud Souza (2005, p. 1).

Indicadores bem concebidos, que sejam apropriadamente utilizados, podem servir como incentivos positivos para o desenvolvimento da escola. Se indicadores de aprendizagem estudantil encorajam estudantes e professores a focarem o trabalho em habilidades e capacidades, se eles ajudam a identificar necessidades ou problemas (...), então os indicadores poderão ser utilizados mais cotidianamente. (DARLING-HAMMOND e ASCHER, (1991, P. 37)

É fundamental no processo educativo a autoavaliação da Escola, local onde as atividades acontecem, para que haja propostas concisas e eficazes, capazes de trazer mudanças e/ou transformações substanciais para o aprendizado dos alunos e, também encontrará subsídios para avaliar a aprendizagem dos alunos e o trabalho docente. Segundo Locatelli (2001, p.1) apud Guia do Diretor Escolar – SEE/MG (2006),

“A auto avaliação é um processo que exige tomada de consciência. À medida que as escolas iniciarem suas auto avaliações haverá maior facilidade em obter subsídios a partir das avaliações externas, de tal forma que o processo avaliativo cumpra a sua função: mudar o que precisa ser melhorado”.

A avaliação dos profissionais se refere à revisão sistemática de metas, à maneira de se conduzir as propostas educacionais, à compreensão dos problemas existentes e ao esforço para proposição de soluções, ela é feita com o intuito de motivar e aprimorar a competência do profissional.

É relevante para a Escola Municipal José Marcelino Pereira a avaliação do Projeto Político-Pedagógico, pois ele alicerça o fazer pedagógico, interfere na realidade escolar, devendo ser revisado e avaliado constantemente e continuamente por toda equipe encarregada do seu planejamento para viabilizar a correção de rumos é preciso entendê-lo como um caminho a seguir e como uma prática mutável, inovadora e reflexiva, parte integrante de uma ação conjunta.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade e realidade complexas, somente através de um trabalho reflexivo, organizado e coletivo conseguiremos encontrar alternativas para a efetivação e promoção de uma educação de qualidade para todos.

Construir coletivamente o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal José Marcelino Pereira significa conhecer suas dificuldades, fragilidades e suas deficiências e assim, buscando superar os desafios, corrigindo erros numa gestão democrática propiciará a realização de seu objetivo maior que é promover uma educação eficaz.

Este trabalho foi fruto de estudos permeados acerca das necessidades da criação de uma Proposta Pedagógica para a Escola Municipal José Marcelino Pereira, uma vez que esta instituição apresenta um documento imposto, pronto e acabado.

Esforço de discussões coletivas, esta proposta visa atender a todas as esferas desta escola, bem como garantir um processo contínuo de crescimento e amadurecimento pessoal e profissional, bem como garantir ações e tomadas de decisões capazes de atender as necessidades de todos os envolvidos no processo educativo.

Sabe-se que a Proposta Pedagógica é um documento que garante ao professor e ao educando caminhos possíveis para uma educação de qualidade, bem como garantir um trabalho didático - pedagógico baseado nas práticas e vivências sociais dos alunos e em questões que proporcionam a esses “atores” desenvolver cidadania, moral e ética.

Pautado em práticas interdisciplinares e com a inserção de temas transversais aliadas a construção do conhecimento este documento representa para esta instituição a garantia e o sentido para a construção do conhecimento do aluno que é o centro do processo educacional.

Este Projeto Político-Pedagógico desencadeia para a Escola Municipal José Marcelino Pereira novos rumos como a autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Também serve como alicerce para o desenvolvimento do trabalho do professor, pois foi criada como documento de referência para assegurar o desenvolvimento do trabalho educativo.

Conheceu-se melhor a realidade da Escola Municipal José Marcelino Pereira, pois antes foi feito um estudo da atual proposta e este colaborou para o aprofundamento dos nossos conhecimentos prévios, através das diferentes leituras feitas durante todo o desenvolver do trabalho. Na realização deste documento cumprimos com os objetivos propostos pelo curso de gestores. Sabe-se que este documento é de suma importância para todos os envolvidos no processo educacional desta instituição, pois “nele” está previsto todo direcionamento para o sucesso coletivo.

Pretende-se a transformação das ideias em ações e que este Projeto Político-Pedagógico promova grandes sucessos para o trabalho educativo desta instituição, pois foi desenvolvido baseado na realidade local e nos parâmetros legais educacionais. Não é um documento pronto e acabado, e nem um receituário. Está aberto às discussões e modificações, acréscimos ou decréscimos.

Conclui-se então que o desenvolvimento e construção deste trabalho foram de grande relevância para o crescimento pessoal e profissional enquanto acadêmicas, pois ao finalizá-lo, compreende-se melhor a importância de se ter um Projeto Político Pedagógico criado de maneira coletiva, além de proporcionar aprofundamento no assunto. Este abrirá leques para futuros estudos e servirá como fontes de pesquisas e compreensão da realidade desta instituição.

Os temas aqui abordados levaram a compreensão, de uma maneira mais eficaz, dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de gestores, permitindo criar, recriar, desenvolver e aperfeiçoar e buscar a eficiência e a forma mais viável de se conduzir o processo educativo da Escola Municipal José Marcelino Pereira.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** História, Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997. Vol. 5 e 10.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; PACÍFICO, Juracy Machado; ESTRELA, George Queiroga (Org). **Gestão Escolar:** Enfrentando os Desafios Cotidianos em Escolas Públicas. Curitiba: CRV, 2009. 206 p. (117-128)

ESCOLA DE GESTORES. **O Usufruto do Direito à Educação:** Distintas Concepções Sala Ambiente Fundamentos do Direito à Educação. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/gestores/direito/usufrutodireito_u1_pg3.ht. Acesso em 10 fev. 2013.

FALSARELLA, Ana Maria. **Escola, qual é seu projeto?** Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 19, n. 110, p.18-26, mar./abr.2013.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **A organização do Tempo escolar:** séries ou ciclos? Para além do senso comum. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 11 mar. 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 11 mar. 2013.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357> Acesso em 22 mar. 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Escola e Diversidade Étnico-Cultural:** um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.) Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

GONÇALVES, Juçara dos santos; CARMO Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17 mar. 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola.** Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br>. Acesso em 16 mar. 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Para educador, escolas mantêm estratégias de avaliação do século XIV.** Disponível em <http://www.pluricom.com.br/clientes/grupo-sm/noticias/2012/04/para-educador-escolas-mantem-estrategias-de-avaliacao-do-seculo-xiv/?searchterm=Luckesi>. Acesso em 13 mai. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Ceale/FAE/UFMG. **Ensino Orientações para a Organização do Ciclo Inicial de Alfabetização/2.** Belo Horizonte, 2004

_____. **GUIA DO DIRETOR ESCOLAR.** Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7B8191B7D8-138B-4DA8-A99B-F7853349BCE6%7D_Guia%20Diretor.indd.pdf. Acesso em 16 mar. 2013.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços,** 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 29 jan. 2013.

OLIVEIRA, João ferreira de. **A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 03 dez. 2012.

Parecer CEE 1132/97. **Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96.** Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br>. Acesso em 15 dez. 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2005.

QUARESMA, Adilene Gonçalves. Projeto Político-Pedagógico. **Presença Pedagógica,** Belo Horizonte: Ed. Dimensão. V.18, n.104; p. 12-17, mar./abr. 2012.

RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.** Disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: 16 mar. 2013.

SILVA JR. Celestino A. **A Organização do Trabalho na Escola: a prática a existente e a teoria necessária.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 59,1986.
SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **Planejamento: Concepções.** Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/planejamento/pdf/ul_2.pdf. Acesso em 28 de fev. 2013.

SILVA, Maria Vieira da; TORRES, Maria de Lourdes Soares. **Projeto Político Pedagógico e Direitos Humanos.** Disponível em <http://www.ufal.edu.br/bibliotecavirtual>. Acesso em 03 de dez. 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva.** In: Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.